



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

POBREZA E MEIO AMBIENTE NAS CIDADES: (DES) CAMINHOS DA SUSTENTABILIDADE
URBANA NO BRASIL DA AMÉRICA LATINA

LUAN GOMES DOS SANTOS DE OLIVEIRA (UFRN) - luangomessantos@terra.com.br

Assistente Social. Mestrando em Desenvolvimento e Meio ambiente pela UFRN. Líder do Grupo de pesquisa em Ambiente e sociedade da UFRN. Professor da disciplina Política e Economia Ambiental da UVJ.

Cimone Rozendo de Souza (UFRN) - cimone.rozendo@gmail.com

Orientadora e Docente do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Dr^a em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPA.

Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFRN) - luangomes_fera@hotmail.com

Pesquisadora das cidades amazônicas. Docente do departamento de políticas públicas da UFRN. Dr^a em Arquitetura.

POBREZA E MEIO AMBIENTE NAS CIDADES: (DES) CAMINHOS DA SUSTENTABILIDADE URBANA NO BRASIL DA AMÉRICA LATINA

Resumo: A questão ambiental tomou dimensões alarmantes, as quais redefiniram a geopolítica mundial. Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma revisão de literatura acerca dos três eixos: cidade, meio ambiente e pobreza. Destacando o seu viés político. Espera-se que as idéias aqui postas possam contribuir para a formação de um saber prudente, não só crítico, mas interventivo, com condição *sine qua non* para o exercício da cidadania garantida, mas não efetivada no espaço neoliberal.

Palavras-chave: Cidade, pobreza, meio ambiente, política pública ambiental.

Introdução

Este ensaio de natureza teórica, constitui as primeiras reflexões da dissertação do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN). Tem como objetivo traçar um arcabouço teórico-metodológico acerca da relação cidade, meio ambiente e políticas públicas. Insere a abordagem a respeito da pobreza no contexto do espaço urbano. Assim como explicita por último um pouco da questão política ambiental. O artigo ora proposto se alimentou de referenciais tanto nacionais como internacionais para entender a luz da realidade a problemática ambiental, não mais pelo viés da dualidade homem-natureza, mas pela integração dessa dimensões. Desmistificando também a cidade como espaço componente da questão ambiental.

1 A geopolítica da questão ambiental: breves reflexões

Nós vos pedimos com insistência: não digam nunca isso é natural, diante dos acontecimentos de cada dia. Numa época em que corre o sangue; em que se ordena a desordem; em que o arbitrário tem força de Lei; em que a humanidade se desumaniza...Não digam nunca, isso é natural! Para que nada passe por ser imutável!

(Bertold Brecht)

A sociedade contemporânea é marcada por uma cultura do medo diante das catástrofes ambientais, como o aquecimento global, a redução da biodiversidade, as enchentes e as secas que tem destruído cidades e causado grandes danos a vida no planeta.

[...] nas últimas décadas essa temática emergiu como uma das mais importantes preocupações de governos de diversos países do mundo, o que possibilitou a institucionalização da ordem ambiental internacional que visa regular as relações humanas em caráter mundial, envolvendo temas relacionados ao ambiente por meio de protocolos e acordos multilaterais entre países e blocos de países. (RIBEIRO, 2010, pág.01)

Todo esse contexto tem raízes mais profundas que passa pelo mercado, pela política, pelos órgãos multilaterais, pela cultura, tornando-se uma questão que rebate em diversos problemas atuais como o avanço da pobreza na América Latina. A utopia, lugar da criatividade, tem sido relegada por uma busca incessante do lucro e do consumo, mas, há quem se alimente da mesma, para construir uma nova realidade de pertencimento ao espaço-lugar. A frase de Bertold Brecht nos inquieta a entender este caminho de crises que não é só do capitalismo, como aponta a vanguarda marxista, sobretudo do paradigma relacional humano. Podemos entender a questão ambiental com mais detalhes com Ribeiro (2010, pág. 09):

Vinculada à condição de ser no mundo, a questão ambiental é fundamental à existência humana, pois é do ambiente que provém a base material de reprodução da vida, aliás, das diversas formas de vida. Em outras palavras, é do ambiente que são extraídos os recursos para produção do abrigo, alimento, artefatos técnicos, vestuário, entre tantas outras coisas necessárias à manutenção da vida, qualquer que seja a forma de organização social que os humanos estabeleceram ao longo de milhares de anos de presença no planeta.

Traçar um caminho investigativo acerca das raízes da relação natureza/cultura é um ponto imprescindível para entender os problemas atuais não só de natureza ambiental, mas sociopolítica. Este trabalho se interessa em compreender essas relações no contexto brasileiro tendo inicialmente como pano de fundo a América Latina.

O contexto da América Latina em relação aos outros países é particular quanto a exploração e a colonização da cultura. Galeano (1979, pág.13), criticamente nos diz: a

América Latina “especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta”. Começamos a entender que a questão ambiental, apesar de recente emergência em estudos dado o agravamento dos problemas quanto a inadequada apropriação dos recursos naturais, já vinha sendo gestada com a dominação da América Latina. E vai além toca numa questão cultural não só dos hábitos e relações com a natureza, mas na nacionalidade. Pois perdemos até o direito de sermos chamados de Americanos para os EUA, para sermos chamados de Terceiro Mundo, países subdesenvolvidos, em desenvolvimento, ou até mesmo sub-América.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. [...] Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso, perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do capitalismo mundial. (GALEANO, 1979, pág.14)

Poderíamos refletir que é na América Latina que começa a ruptura da relação sociedade/natureza, resultando em um processo de desigualdade entre os povos latinos e europeus. Nesse sentido, a questão ambiental não pode ser reduzida a um processo só de escassez dos recursos naturais em contradição a intervenção humana. Ela coopera com a reconfiguração da geopolítica mundial. Pois muitos acordos internacionais foram sendo realizados em torno do uso dos recursos naturais. Vale salientar que estas reflexões também tocam no modelo de desenvolvimento a qual foi submetido a América Latina, um desenvolvimento desigual, pautado em uma promessa de que um dia seremos uma grande potência econômica, como os países desenvolvidos. A verdade é que começamos em crise e continuamos numa crise que ora assume importância para um grupo que se sente prejudicado em seus empreendimentos e ora revela-se por meio do pensamento acadêmico.

A crise ambiental, em diferentes escalas, da planetária à local, se anuncia como o trágico desafio para a Humanidade do século XXI. Muito mais na América Latina, onde convivemos desde o começo da nossa história com “o imperialismo ecológico” e a injustiça ambiental, e onde nem temos conseguido conviver com níveis dignos de vida para a grande maioria das populações dos nossos países. Nossa história é feita de projetos que nos englobam, de caminhos truncados, de diálogos de surdos. (PARREIRA, 2005, pág. 13)

No entanto, outros caminhos estão sendo construídos para que as veias da América Latina comecem a sarar, semeando uma cultura política apontada para a democracia tão sonhada em meio aos conflitos. Tudo isso desemboca na famosa crise ambiental, que imediatamente nos faz pensar nas hecatombes sofridas pelo planeta Terra, entretanto, é a partir dela que a questão ambiental, entra nas agendas públicas de muitos países e dos órgãos multilaterais.

1.1 Brasil: uma veia forte da América Latina

Assim como a América Latina foi explorada e dominada pelos europeus, o Brasil também sofreu duras opressões estes povos e isto pode ser visto nos ciclos que aqui foram implantados: as especiarias, o café, a cana de açúcar e a mineração. Todos estes ciclos da economia brasileira eram regidos pela exportação, alimentando o mercantilismo. A questão ambiental brasileira tem outro ponto em comum a América Latina que é o fortalecimento do capitalismo. No Brasil com o processo de colonização dos portugueses, estes se apropriaram dos índios e dos negros para o escravismo, configurando-se em uma condição essencial da apropriação privada da base material da sociedade. Além disso, isto também culminou no racismo ambiental, que atualmente não só se expressa pela cor da pele ou etnia, mas pelo espaço em que habitam, vivendo em condições de vulnerabilidade e risco socioambiental.

Assim, a questão ambiental é essencialmente social, rompe-se aqui a dualidade cartesiana natureza x cultura. Prova disso, Ribeiro (2010, pág. 09) nos fala.

A questão ambiental é fundamental à existência humana, é preciso insistir, já que ela possui uma dimensão territorial implícita. Os recursos estão dispersos pela superfície terrestre, como resultado de processos naturais de milhões de anos, e são apropriados pelos grupos sociais de acordo com sua capacidade de gerar instrumentos técnicos, e que a torna, em si, foco de poder, disputa e conflitos.

Dessa forma, a apropriação da natureza é empreendida por uma racionalidade social capitalista, que vem fomentando a lógica da ciência e tecnologia para o crescimento da economia. Daí, compreendemos a questão ambiental como parte da humanidade e por ora a enxergamos desgarrada das relações sociais para atender os interesses dos detentores de grande capitais. Acserald(2001, pág. 76) comenta um pouco sobre a questão ambiental brasileira adequada as demandas do modo de produção capitalista.

Mas ao desenvolver-se tal concentração desencadeou-se também, por meio do padrão tecnológico dominante, um processo de homogeneização dos

conteúdos biofísicos do território: disseminaram-se monoculturas, substituiu-se a diversidade biológica por espécies dominantes e, concomitantemente, substituiu-se a diversidade social por formas sociais capitalistas.

O processo de acumulação do capital sempre foi predando a natureza tanto social quanto os ecossistemas naturais. A formação social, econômica e política do Brasil teve como principal pilar a aceleração do processo industrial o que fez eclodir nos anos 1970 no cenário político: os movimentos sociais, dentre os quais o movimento ambientalista que reivindicava um sistema de proteção ao meio ambiente, a preservação e a conservação.

A industrialização no Brasil cooperou para o início do desmatamento de margens de rios e o assoreamento de corpos d'água, e constituiu-se uma seqüência de grandes barragens – tudo em favor da acumulação, apresentando-se como justificativa a necessidade de se responder a determinadas demandas de progresso e bem-estar.

Mesmo havendo resistências por meio dos ambientalistas, as forças das poderosas instituições a serviço de uma concepção industrialista de progresso não cessaram, ao contrário estão presentes nos países como o Brasil. Em nome do progresso “[...] foram desestruturadas as condições materiais de existência de grupos socioculturais territorialmente referenciados e destruídos os direitos de populações inseridas em formas sociais de produção não-capitalistas (ACSERALD, 2001, pág. 77).”

Porém, em meio a emergência dos problemas ambientais já abordados foi forjando-se o discurso ambientalista que fazia resistência em lutas socioambientais e formaria a questão ambiental.

As lutas pela terra, pela água, pelos seringais etc, precederam, por certo, a questão ambiental tal como contemporaneamente formuladas. Tratava-se, no entanto, desde seu início, de lutas por modos alternativos de apropriação da base material da sociedade. O discurso ambiental veio posteriormente incorporar essas lutas num novo todo, dado margem a que diferentes percepções e estratégias fossem elaboradas, novos argumentos e projetos surgissem no debate público. Tais lutas, juntamente, com as preocupações de parte das elites mundiais com a questão dos “limites do crescimento”, terminaram por estimular o surgimento, também no Brasil, de um discurso ambiental em nível governamental.

A questão ambiental não é um fenômeno somente resultante de um processo de degradação do meio biofísico, mas eminentemente político, atravessado pelos conflitos e acordos internacionais. Assim, compreende-se em meio a um mundo mercantilizado que a questão ambiental é uma faceta transversal que toca no coração da existência da vida no planeta. Ela sempre foi um elemento fundante para o desenvolvimento brasileiro. Essa questão atualmente teve visibilidade com a crise ambiental ou ecológica expressada pela predação de atividades que em sua essência degradam e inutilizam os recursos naturais

em prol de um lucro imediato, trocado por uma falsa responsabilidade socioambiental, reforçada pelo Estado.

Tanto as grandes hidrelétricas, quanto as grandes cidades, surgem como elementos centrais na produção do que se convencionou chamar de crise ecológica, cuja interpretação não pode ser feita sem levar em conta, mais uma vez, a tipologia dos objetos técnicos e as motivações de seu uso no presente período histórico. A busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais. Da mesma forma, a vulnerabilidade ambiental pode aumentar como crescimento econômico local. (SANTOS, 2008, pág. 253)

A intenção deste início de estudo era apresentar uma questão ambiental brasileira mais ampla, não só fruto da dualidade capital/trabalho, como corriqueiramente é defendido. O caminho que trilhamos possibilita-nos ampliar a questão ambiental para além do espectro ambientalista, preservacionista, incorporando aí as dimensões cidade, meio ambiente em suas múltiplas expressões de espaço, desenvolvimento e política, esta com “P maiúsculo”.

2 Espaço, Natureza e Meio ambiente: novas alternativas para se pensar a questão ambiental

Até então não tínhamos nos atentado para o estudo do espaço geográfico enquanto palco da história da humanidade, o víamos pelo espectro de simples localização geográfica, dado os limites da nossa área de atuação. Mas por meio do curso “Abordagens sobre cidades e dinâmicas urbanas”, ministrado pela Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Duarte Cardoso, estudiosa das cidades amazônicas, no Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tomamos conhecimento a partir das discussões em sala de aula, do quanto o espaço é vital para a questão ambiental. Nesse sentido, pretendemos jogar luz sobre a relação entre o espaço e o meio ambiente, com o intuito de compreender mais a complexidade do meio ambiente.

O Espaço, objeto de estudo de diversos pesquisadores pode ser compreendido em suas múltiplas facetas, dentre eles, Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey, os quais escreveram no início dos anos 1960 e 1970 sobre a relação espaço com a sociedade humana. Vale salientar que há diferenças entre aqueles e Milton Santos, pensador brasileiro que complementou e em determinados momentos superou a análise do espaço daqueles.

Quem traduz bem isto, é Steinberger (2006, pág. 33): “[...] o foco de suas análises iniciais era, respectivamente, o mundo rural, o espaço urbano e a cidade, e não o espaço como uma categoria permanente e histórica”.

Lipietz (1988) clarifica um pouco a noção de espaço. Inicialmente, ele retrata o espaço pelo viés da localização, vendo-o como concreto, local de produção, e o reduz as coordenadas geográficas. O espaço-superfície: o espaço mercadoria. “Somente que a inscrição no espaço não é apenas a escolha de uma melhor ‘intensidade’. É também o consumo de uma grandeza ‘extensiva’, a superfície, e é um consumo privativo. “[...] o espaço é um bem que pode ter um preço: preço do solo, renda fundiária: tributo fundiário.” (Pág.124). Além disso, vê também o espaço como sistema: o espaço como social, crítica ao funcionalismo neoclássico.

Aqui, ele expõe a teoria dos lugares centrais, defendida por Losc e Christaller nos anos 1930-1970. Ele articula aqui os sistemas de redes-centralização das cidades-metrópoles. Ele cunha três críticas a teoria dos lugares centrais: 1. População e produção de base repartida, espaços abstratos; 2. Pode inspirar os tecnocratas; 3. Constituição das próprias cidades: abandonar o procedimento funcionalista e adotar um procedimento genealógico. Lipietz (1988), faz uma análise de como se insere o espaço, enquanto instrumento que coopera diretamente na dinâmica dos processos de produção do capitalismo. Além disso, o autor traz algo novo para romper com dualismo simplista capital-trabalho, ampliando esta noção para a relação espaço-mercado, numa tentativa não espontânea de formar uma teoria da formação do espaço. Assim como vê o espaço como produção do capitalismo.

A teoria do Espaço de Castells: “O enfoque da teoria do espaço de Castells é o mesmo de Lefebvre, para Castells o espaço é um produto material de uma dada formação social.”(pág. 120). Não existe assim uma teoria do espaço para Castells, o que há é a submissão do espaço a economia. Acaba por reforçar as idéias de Althusser, ao aplicar no debate um paradigma estruturalista. Compreende-se desta forma que Castells visa analisar o espaço como uma expressão da estrutura social, estudando a sua formação por elementos do sistema econômico, político e ideológico.

O debate acerca da teoria do espaço foi iniciado por Castells em contraposição a Lefebvre. Assim considerava-se importante saber das limitações da economia política marxista para entender a natureza da organização espacial. Destacam-se neste texto as posições de Manuel Castells e Henri Lefebvre. Desta forma não se pretenderia colocar a organização espacial encaixada na teoria marxista, formando uma teoria marxista do espaço, mas entendê-la para além dos fatores ideológicos.

A relação do espaço com o meio ambiente é crucial para entendermos a produção do espaço nos meandros da sociabilidade capitalista. O espaço ora é entendido

como meio ambiente, por ser o local em que se constrói a dinâmica da vida nas cidades. Para Santos (2008), o espaço é entendido como componente material que é crescentemente formado do natural e artificial. Atualmente a nossa dinâmica de vida tende a superar a dinâmica dos ecossistemas naturais, mesmo sabendo que ambas são interdependentes. Acrescenta-se deste modo a técnica, ou o espaço a relação sociedade/natureza.

Os meios naturais são desde as origens da pré-história e por definição, meios relativamente técnicos: Homo faber. A partir do paleolítico superior, os trabalhos do homem para defender-se, alimentar-se, alojar-se, vestir-se, decorar seus abrigos ou seus lugares de culto implicam técnicas já complexas. Inversamente, não conhecemos, mesmo nos centros urbanizados, meio técnico 'puro', do qual esteja excluída qualquer ação de elementos naturais (se bem que em última instância isto se possa conceber). (G. FRIEDMANN, 1996 apud SANTOS, 2008, pág.233).

Dessa forma, compreendemos que o espaço geográfico é um sistema híbrido, pois participa da condição social, neste sentido é sociedade e também meio ambiente, mas não é sua totalidade. Então, há uma busca permanente para se definir o espaço. Para Milton Santos, esta busca não tem fim, dada as mudanças contínuas na ciência e na sociedade. Vale aqui expor que o tempo se configura como uma das noções fundadoras do espaço. O espaço agora reveste-se e tem como alicerce a dimensão social. Para Harvey (s/d, pág. 38) há um encontro entre a formação espacial e o processo social:

Uma de suas conclusões mais importantes é que as formas espaciais não são objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, ou seja, as formas espaciais contêm os processos sociais, do mesmo modo que os processos são espaciais.

As formas espaciais são objetos que possuem um papel ativo nos processos sociais. O espaço sendo compreendido como dimensão (re) significadora do meio ambiente, é uma chave para quebrar o dualismo homem-natureza, ou sociedade/meio ambiente. Em função disso Lefebvre em suas obras, argüiu a respeito da relação entre o homem e a natureza para mostrar que, na práxis, há um desencontro entre o homem produtor da sua própria história e divorciado da sua própria história, pois:

[...] o homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constroem relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo e aquilo que carece. Reproduz, mas

também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a própria natureza.

[...] Na mesma linha, em 1977, Milton Santos declara que, ao aceitar a formação sócio-espacial como categoria, ou seja, aceitar o espaço como uma nova dimensão da formação econômica e social, é possível perceber o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza, pois o espaço é social e é natureza. A tese sobre esse erro fica evidente quando ele ressalta que os atributos naturais do espaço não são permanentes e, assim como os atributos não-naturais, os dois são destinados a mudar pelo trabalho do homem. (STEINBERGER, 2006, pág. 47)

Agora é visível a dimensão espacial no meio ambiente, aliás, o espaço é o cerne da integração sociedade/natureza. A questão ambiental, ou ecológica como queiram denominá-la, não pode mais ser resolvida em termos de ciência e tecnologia, mas antes de tudo, um termo visceralmente político e permeado de conflitos. Nesse sentido, devemos caminhar para uma nova construção social crítica de meio ambiente, em que o maior desafio será mudar a nossa própria percepção de se relacionar com o mundo que nos rodeia sob a égide de novos paradigmas. Teria muito que acrescentar acerca do espaço, e suas expressões indefinidas, que até o confundem: o território, o lugar e o ambiente.

3 Cidade, Meio ambiente e Pobreza: conceitos e análises

Muitos trabalhos de estudiosos da área da questão urbana, pouco reconhecem a importância da questão ambiental em suas discussões. Acabam por despolitizá-la, discutindo os aspectos urbanos separados do rural e do ambiente. Aqui, buscaremos integrar essas dimensões, que ora se expressa por meio do urbano da cidade e do rural enquanto reprodutores da pobreza. Inicialmente, abordaremos um pouco sobre a emergência das cidades em conexão com o meio ambiente e a pobreza. A principal inquietação aqui é romper com a visão de que a cidade não é meio ambiente, é na cidade que a questão ambiental assume formas diversas. Para isto, nos ancoramos em Harvey (s/d, pág. 02-03) para quem considera a cidade como um espaço criado relacional. Mas, além disso, diz que o significado criativo da cidade é dado pela prática humana.

O contexto de origem das sociedades humanas insere a contradição tão já conhecida, cidade-campo. A cidade, com a divisão do trabalho e o comércio, logo se caracterizou como espaço de poder econômico, político e cultural. A relação já posta pode

ser mais entendida com Monte-Mór (s/d). Cidade e campo se desenvolveram assim em relações antagônicas, mas complementares, e a criação do município, outra herança romana, acolhe em sua essência esse sentido complementar de unidade urbano-rural tornando-se escala de gestão autônoma entre nós.

O surgimento do território da cidade, entretanto, prescindia de os membros da comunidade residirem no espaço delimitado pelo urbanum; a cidade, urbe, simbolizada na urbs de Roma, passou a ser o território que materializou a sociedade politicamente definida pela polis ou pela civitas, dando assim o sentido acabado à idéia de civilização. O campo, espaço circundante dessa centralidade – do poder religioso, político e/ou econômico – constituiu sempre um território complementar a uma centralidade urbana. (MONTE-MÓR, S/D, pág. 02)

Posto isso, a cidade foi o grande empreendimento para o avanço da economia capitalista, mas também foi considerada como marca da modernização com desenvolvimento. Daí poderíamos nos questionar se as cidades não eram importantes no período colonial. Neste período, caracterizado em sua essência pelo desenvolvimento da agricultura no campo, as cidades eram importantes “por seu papel como lugar de financiamento e comercialização dos bens primários exigidos pelo mercado europeu.” (pág. 216). O avanço da industrialização foi operacionalizado pelo estímulo a urbanização extensiva. Agora não haveria somente a dominação da cidade sobre o campo, mas uma extensão da primeira na segunda. Tal industrialização sempre foi em nome de investimentos de capitais estrangeiros, verdadeiros sanguessugas dos recursos nacionais. Principal exemplo disso são as multinacionais que se instalaram no Brasil no período pós ditadura militar e cravaram seus dentes sobre os recursos naturais a custos baixos.

Castells citado por Gottidiener (1997) nos convoca para pensarmos a crise social para além da expansão urbana, que tem como fundação a economia. “Acredito que estamos à beira de uma catástrofe sócio espacial gigantesca, mas não, como dizem os ecologistas, por causa do processo de metropolitanização e devastação dos recursos naturais. É por que os novos interesses dominantes e as novas revoltas sociais tendem a dissociar o espaço das organizações e o espaço da experiência. (pág. 124). O pensamento de Castells começa a ser bifurcado, ele volta o seu olhar para as relações sociais, essas sim estruturantes de uma civilização. Castells definiu a cidade como unidade espacial da reprodução da força de trabalho, rompeu com esse discurso de formação de uma teoria do espaço e se aplicou a estudar a relação entre o Estado e o Espaço de assentamento. O

urbano agora era percebido enquanto um objeto autônomo de estudos sociais. Vale ressaltar que Castells foi criticado por Gottidiener quanto ao consumo coletivo definido por uma questão urbana/territorial, Gottidiener afirma que o processo de consumo não é definível num contexto puramente territorial, não corresponde a uma “questão urbana”, mas antes, é parte da questão social geral. (pág. 125).

Diante do que foi citado da questão social e suas múltiplas expressões serem o caminho para entender suas facetas, é relevante os estudos realizados sobre as novas questões sociais, tais a ambiental, a urbana, a agrária, e tantas outras. O todo e o particular se inter-relacionam, ao ponto de se fundirem a história da humanidade. Assim, a cidade é uma dimensão de suma importância para entender todas as outras questões, a ambiental, a social, a agrária, a urbana, a espacial, etc. Vale ressaltar que essas questões trazem diferenças dado contexto político em estão inseridas. Um exemplo disso é a violência. Segundo Patel (1997). As características da violência no contexto urbano são: primeira os seus atos tem as principais características, dados estatísticos apontam uma maior frequência de violência nas áreas urbanas do que nas rurais. São Paulo, por exemplo, tem 5% de mortes, homicídios, o mesmo para a Colômbia em 1995. Segunda característica: a intensidade com a violência é praticada no meio urbano do que no meio rural. No contexto doméstico, particularmente, a violência é frequente em mulheres e crianças, existem altos níveis de violência física, sexual e não-física. Aumento da violência relacionado a incidência elevada de alcoolismo e abuso de drogas no urbano.

Para Lefebvre (1999), a cidade significou a total subordinação do campo. Isto é, o campo é sinal de atraso econômico e até muitas vezes de local de pobreza. O autor citado, denomina a cidade política, perpassada por contradições e disputas.

O tecido urbano prolifera, entende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 1999, pág. 17).

Nos anos 1930 a industrialização é reforçada para o desenvolvimento tardio das cidades brasileiras. Em torno desse processo, gestam-se conflitos econômicos. Há também a repolitização das cidades, com o aparecimento dos movimentos sociais, destacando-se o movimento por reforma urbana. Assim, o meio urbano deixa de ser apenas o espaço da cidade, para se transformar na totalidade do espaço. A década de 1980 em diante revela um Brasil que caminha para a democracia, com desigualdades regionais, e o grande inchaço

ocorrido principalmente pelo movimento migratório campo-cidade. Segundo Maricato (2001, pág. 217): “A evolução dos acontecimentos mostrou que, ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade, resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza.”

A segregação ambiental é uma das faces mais importantes da exclusão social e como conseqüências deste processo, Maricato (2001) reforça, a dificuldade de acesso aos direitos garantidos. A autora criticamente argumenta que os pobres ocupam a cidade ilegal e são vítimas dos desastres ambientais, por habitarem em lugares vulneráveis e de riscos socioambientais.

A pobreza é um campo que tem sido bastante estudado, e na maioria dos estudos tem sido reduzida a uma questão de renda. Maricato (2001) nos alerta: quanto a caracterização da pobreza a partir de números mensuráveis relativos à carência material obscurece o “cerne político da pobreza” ou a pobreza política. Ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que ter. Esse conceito de pobreza não despreza a renda desigual de milhares de brasileiros, mas justifica a importância de ampliá-la.

Compreende-se também que o problema não é fato de ambicionar o crescimento econômico sacrificando o meio ambiente. É crescer com equidade e justiça socioambiental. Assim, os níveis mais altos de renda podem possibilitar padrões de consumo ambientalmente mais limpos, induzindo uma trajetória tecnológica com menor intensidade de degradação de consumo. Para o Brasil a questão ambiental, talvez tenha sido uma questão marginalizada e de ameaça ao crescimento da economia industrial. Porém, sem a efetivação de um planejamento democrático, as agendas públicas acabam sendo atropeladas pelas necessidades mais urgentes, especialmente do mercado, perpetuando-se a expansão da pobreza.

Um exemplo disso é a política de habitação, requerida por necessidades imediatas, tanto do mercado, com a especulação imobiliária, como do Estado em suas políticas públicas. Cardoso (2007) apoiando-se em Burgess et al.,(1997, pág. 38) “a suposição neoliberal de um mercado auto-regulado transformou a habitação num conceito econômico, dissociado de sua dimensão espacial. Assim, os pobres começaram a invadir as terras, em lugares de risco até, extendendo a sua má qualidade de vida. O neoliberalismo consolidou o capitalismo neste século, mas por outro lado, este vem sofrendo com as mazelas ambientais que vem prejudicando os seus empreendimentos. Dentro dessa perspectiva entendemos que o desenvolvimento vem sendo discutido não como crescimento econômico, mas como liberdade de expansão das capacidades (SEN, 2001).

Há várias concepções de pobreza que são importantes para a compreensão da questão socioambiental. Com o desenvolvimentismo e neoliberalismo, a pobreza se tornou a

marca dos países chamados em desenvolvimento. Segundo Rakodi, C.; Lloyd-Jones (2002) há que se levar em conta, nós precisamos entender como os contextos locais influenciam na pobreza e quais as mudanças que nos contextos locais podem reduzi-la. Há diferenças entre as áreas urbanas e rurais, mas paradoxalmente, há também ligações, a pobreza assume características diferentes nesses contextos. Destaca-se a importância da agricultura para a economia de muitos centros urbanos, e a redução da pobreza-diferenças dos contextos.

Para Cardoso (2007) as cidades são os territórios que mais tem concentração espacial de pobreza. Ela ainda afirma que “Isso desviou do meio rural para o meio urbano a discussão sobre pobreza que ocorria até os anos 1980. Para definir pobreza a autora citada, faz uma leitura de determinados autores que a definem, em termos econômicos, por meio da renda e outros indicadores sociais universais, para permitir comparações entre lugares diferentes, e por meio do tempo, por parte de agências internacionais e governos nacionais. Cardoso (2007, pág. 42), complementa:

[...] a pobreza definida pela renda não é um indicador muito útil quando a capacidade de acesso é considerada, porque o acesso pode ser influenciado por fatores como educação, informação, direitos legais, condições de saúde, violência e insegurança.

Por conseguinte, para entender como as pessoas pobres sobrevivem, algumas vezes vivendo abaixo da linha de pobreza estabelecida internacionalmente ou em pobreza extrema, é preciso considerar outras evidências baseadas em estudos antropológicos. Esses estudos têm mostrado que o entendimento das pessoas sobre o que sejam desvantagens difere daquele de profissionais (WRATTEN, 19995, pág. 15), realçando que uma importância significativa é dada a aspectos qualitativos tais como “independência, segurança, auto-estima, identidade, relacionamentos próximos e não-exploradores, liberdade para tomar decisões e direitos políticos legais” (WRATTEN, 1995, pág.15). Isso implica que para produzir uma imagem clara da pobreza, são necessárias contribuições dos próprios pobres.

Além dessas a autora, traz uma importante contribuição de Moser (1998), uma espécie de pobreza participativa em sua definição aliada a vulnerabilidade. Entendemos que tal definição se vincula a relação pessoa-ambiente, costurada pelos fatores subjetivos, geralmente desconsiderados em análise quantitativas de pobreza, estes influenciam na qualidade de vida das populações em vulnerabilidade social e ambiental. Outra concepção abordada pela mesma autora é a pobreza enquanto ausência de perspectivas na vida. Depreende-se desta abordagem que a pobreza também se expressa espacialmente. Segundo Cardoso (2007, pág. 45): “em países em desenvolvimento, o pobre é freqüentemente isolado geograficamente em certas áreas das cidades, comumente definidas como periféricas pelo resto da sociedade, surgindo as favelas, estereotipadas como um lugar de criminalidade e pobreza extrema.

O debate acerca da pobreza e sua relação íntima com a questão ambiental que atravessa as dimensões sociais, urbanas, rurais e políticas, revela uma incessante inquietação, que Brasil nós estamos construindo, e quanto tempo temos para mudar? Este simples texto, embora de natureza teórica, é um fluido de esperança que tenta tocar na realidade, tão distante muitas vezes dos acadêmicos de renome.

Em suma, tudo isso, faz nos remeter a atualidade da história ambiental no Brasil, tecida pelas políticas públicas, concebidas como ações do Estado, principalmente com a constituição de 1988, que trata o meio ambiente enquanto direito no seu art. 225. A questão ambiental de natureza política tornou-se pauta na agenda governamental, e agora sofre com a disputa interministerial, ou até mesmo traduzida na má implementação dos programas, projetos e políticas. Mas não podemos deixar de considerar as conquistas, a Política Nacional de Meio Ambiente datada de 1981, que institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), apontou para uma transversalidade das ações estatais na proteção ao meio ambiente, em decorrência disso, também fora criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente, importante espaço de exercício da participação da sociedade, embora na prática não se configure desta forma, quando é tomado por uma democracia falsamente representativa. A política ambiental urbana torna-se em sua essência uma política urbana, norteada pelas agendas marrom, preocupada com a qualidade ambiental da sociedade e a verde com um desenvolvimento urbano que insere o cuidado com as áreas de preservação da biodiversidade.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que seria responsável por executar a política ambiental da Presidência da República, que anteriormente isto era feito pela Sema (Secretaria Especial de Meio Ambiente), órgão criado no governo dos militares. Em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente para executar a política.

Para Acserald (2001), a crise do Estado neoliberal, aponta para um desmantelamento da política ambiental, esta sempre foi fragmentada em sua execução, criando dificuldades para se integrar as ações do próprio governo. Daí destacamos que a convivência de vários projetos políticos na execução das políticas ambientais, interferem no resultado e alcance das ações, planos, projetos e programas. A preocupação hoje é como fazer a política ambiental acontecer em seus entes federados de forma descentralizada, sem Estado. Ou melhor, concordamos com Francisco de Oliveira, com um “Estado-anão”, para realizar as políticas ambientais. Dado que a participação do terceiro setor é de suma importância no trato das questões ambientais, mas as ONG’s tem despolitizado este campo. Assim, a estrada já existe, e vale ressaltar que ao tentar conhecermos a questão da cidade-meio ambiente-política no Brasil, nos instiga em futuros ensaios e experiências

aprofundarmos esta discussão com vistas a aglutinar forças a gestão pública ambiental brasileira.

Referências

ACSERALD, Henri. Políticas Ambientais e construção democrática. In: **O Desafio da Sustentabilidade**: Um debate socioambiental no Brasil. VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Organizadores). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

Achselrad, H. (org.) **A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp.

Burgess, Ernest. **The growth of the City**: An Introduction to a Research Project. In: Gates, Richard; Stout, Frederic. *The City Reader*. London: Routledge, 2000.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O espaço alternativo**: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Gottdiener, Mark. Economia Política Marxista. In: Gottdiener, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

Gottdiener, Mark. **Paradigmas Flutuantes**: o debate sobre a teoria do espaço. In: Gottdiener, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1997

Harvey, David. Social Justice, Postmodernism, and the City. In: Gates, Richard; Stout, Frederic. **The City Reader**. London: Routledge, 2000.

Lipietz, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

Lefebvre, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 1999.

Monte-Mór, Roberto. **A Cidade e o Urbano**. In: Brandão, Carlos (org.) *As Cidades da Cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARICATO, Ermínia. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: **O Desafio da Sustentabilidade**: Um debate socioambiental no Brasil. VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Organizadores). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

Oliveira, Francisco. **O Estado e a Exceção, ou o Estado de Exceção?** *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, V. 5, n.1 – maio de 2003

RIBEIRO, Wagner. **Teorias Socioambientais**: em busca de uma nova sociedade. Revista Estudos Avançados, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

Satterthwaite, David; Tacoli, Cecilia. Seeking understanding of poverty that recognizes Rural-Urban differences and Rural-Urban Linkages. In: Rakodi, C.; Lloyd-Jones, T. **Urban Livelihoods**. London: Earthscan, 2002,

STEINBERGER, Marília. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.